

A 'MULHER LIVRE' E A 'MULHER ESCRAVIZADA': relações entre gênero, raça e classe em *Til* e *A família Medeiros*.

Laila T. Correa e Silva.*

Resumo: A partir das personagens femininas, da mulher livre e da mulher escravizada, em *Til* (1872), de José de Alencar e *A família Medeiros* (1891), de Júlia Lopes de Almeida, abordaremos o potencial manifesto pelas personagens femininas como agentes civilizatórios e humanizadores, no sentido da humanização das relações sociais, permeadas pela violência e pela 'não- racionalidade' em momentos históricos importantes referidos no enredo desses romances, nos quais as relações sociais estavam pautadas no mando patriarcal e na ausência de direitos, num estado caracterizado como não civilizado, seja porque se encontra regido por relações de violência e mando, ou mesmo por não garantir a integridade do ser humano enquanto livre e dotado de vontade e arbítrio. Nossa leitura parte de estudos clássicos da sociologia do romance brasileiro e da história social, refletindo acerca dos processos sociais em curso no século XIX. No caso das mulheres livres e das mulheres escravizadas, o patriarcalismo atingiu níveis mais evidentes e violentos, destacando a marginalidade social da mulher e as estratégias que poderiam ser empregadas por elas com a finalidade de superar tais lugares sociais.

Palavras- chave: *A família Medeiros*; *Til*; Personagens femininas.

The 'free woman' and the 'enslaved woman': relations between gender, race and class in *Til* and *A família Medeiros*.

Abstract: From the feminine character and the enslaved in *Til* (1872), by José de Alencar and *A família Medeiros* ([1886-1888], 1891), by Júlia Lopes de Almeida, we will discuss the potential manifested by the female characters as civilizing and humanizing agents, in the sense of the humanization of social relations, permeated by violence and 'non-rationality' in important historical moments referred to in the plot of these novels, in which social relations were based on patriarchal control and the absence of rights, in a state characterized as not civilized, either because it is governed by relations of violence and command, or even by not guaranteeing the integrity of the human being as free and endowed with will and will. Our reading is based on classical studies of the sociology of the Brazilian novel and social history, reflecting on the social processes in progress in the nineteenth century. In the case of women and the enslaved, patriarchy reached more evident and violent levels, highlighting the social marginality of women and the strategies that could be employed by them in order to overcome such social places.

Keywords: *A família Medeiros*; *Til*; Female characters.

1. Apresentação: incursões teóricas.

* Doutoranda em História Social na Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, IFCH, Departamento de História. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP, com a pesquisa Dos projetos literários dos “homens de letras” à literatura combativa das “mulheres de letras”: imprensa, literatura e gênero no Brasil de fins do século XIX. E-mail: lailacorreasilva@gmail.com.

Para delinear teoricamente essa proposta de leitura dos romances *Til* e *A família Medeiros*, convidamos a leitora e o leitor a percorrerem brevemente a interpretação de Roberto Schwarz sobre o romance realista machadiano, algo que nos auxiliará e proporcionará instrumentos preciosos para a leitura de José de Alencar e Júlia Lopes de Almeida, sobretudo no que tange aos caracteres mais elementares referentes à composição da sociedade brasileira do século XIX, período histórico ao qual as duas narrativas e seus autores pertenceram.

Roberto Schwarz em *Ao vencedor as batatas* (2012) adota como orientação metodológica a assertiva de que “a matéria do artista (...) é historicamente formada, e registra de algum modo o processo social a que deve a sua existência” (SCHWARZ, 2012). Desse modo, o sociólogo e crítico literário se propôs ao estudo dos primeiros romances de Machado de Assis: *Helena* (1876) e *Iaiá Garcia* (1878). Nesses primeiros romances, segundo o crítico, Machado teria se filiado “à estreiteza apologética da Reação europeia de fundo católico”, e insistiu “na santidade das famílias e na dignidade da pessoa (por oposição ao seu direito)” (SCHWARZ, 2012, p. 83). Tal sentido da escrita machadiana se lança em busca da descrição da experiência (concreta) da sociedade brasileira, muito diversa dos valores burgueses liberais europeus. O contexto de análise da sociedade, ou seja, a história social que configura o substrato da forma literária machadiana é antiliberal. Machado de Assis teria descrito esse ambiente antiliberal em seus primeiros romances, criando um realismo nacional. Com efeito, Schwarz afirma que nesses romances (e inclui aqui também *A mão e a luva*) “Os Direitos do Homem e as generalizações libertárias, próprias do individualismo romântico, estão quase ausentes desses livros, em que há bastante injustiça e impasse, e nenhuma brisa de revolta social” (SCHWARZ, 2012, p. 85). Uma grande chave interpretativa que nos auxilia a entender a ausência do Direito (da lei) e da revolta encontra-se no conceito de patriarcalismo.

O conceito de ‘patriarcado’, “como o próprio nome indica, é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens” (SAFFIOTI, 2004, p. 44), como definiu Heleieth Saffioti no importantíssimo estudo *Gênero, Patriarcado e Violência* (2004). Para além da dominação e exploração das mulheres pelos homens, o patriarcalismo ou paternalismo compreendia, no século XIX, uma relação mais

complexa entre senhores e dependentes, estes mulheres livres, homens escravizados, mulheres escravizadas e homens livres. Sidney Chalhoub, em *Machado de Assis, Historiador* (2007) explorou o termo e demonstrou suas complexidades e antagonismos; assim, num primeiro momento, podemos compreender o paternalismo ou patriarcalismo como “política de domínio na qual a vontade senhorial é inviolável, e na qual os trabalhadores e os subordinados em geral só podem se posicionar como dependentes em relação a essa vontade soberana” (CHALHOUB, 2007, p. 47). Nesse sentido, e conforme tal definição mais restrita entende-se que se tratava de uma sociedade sem antagonismos sociais significativos, pois os dependentes avaliariam suas condições sociais apenas na verticalidade, com base nos valores sociais impostos pelos senhores patriarcais.

Por outro lado, Chalhoub (2007) adverte que a produção acadêmica na área de história social - na interpretação da cultura própria dos denominados subalternos, iniciada principalmente com o historiador inglês E. P. Thompson em *Costumes em Comum* (1970)- aponta que a ideologia paternalista não impediu a formação de solidariedades horizontais e, conseqüentemente, de antagonismos sociais, mostrando que subordinação não significava, necessariamente, passividade. Isso ficará mais evidente na exposição relativa aos romances *Til* e *A família Medeiros* nos quais as personagens femininas, livres e escravizadas, estabelecem redes de solidariedade entre si e superam as dificuldades sociais impostas pelo paternalismo.

No que concerne à interpretação sociológica brasileira do período, retomando Schwarz (2012), nota-se que a realidade econômica no Brasil era muito diferente da Economia Política do trabalho livre que vigorava na Europa do século XIX. O Brasil era uma sociedade que, sob uma fachada moderna e liberal, ocultava as bases do sistema colonial: o escravismo e o clientelismo (isto é, o favor como mediação). Situação essa que não mudaria com o advento da República, como bem nota o mesmo crítico nos ensaios que compõem *Que horas são?* (1987). E, de modo geral, como foi abordado por uma fortuna crítica e teórica do pensamento social brasileiro sobre a situação das classes despossuídas no contexto da escravidão e do pós-abolição, por exemplo, por Maria Sylvia de Carvalho Franco em *Homens Livres na Ordem Escravocrata* (1969) e Maria Isaura Pereira de Queiroz em *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios* (1976).

A escravidão foi um fato impolítico e abominável que permeava a sociedade do século XIX. Mas, ainda assim exportavam-se ideias liberais que, ao chegarem ao Brasil, tornavam-se ideologia de segundo grau. Enquanto na Europa o trabalho livre constituía a primazia do indivíduo, aqui no Brasil existiam três classes sociais: o senhor, o escravo e o agregado (homem, livre e despossuído). Acrescentaríamos, nesta última categoria, os chamados “mestiços”, que seriam agregados sem serem escravizados ou homens brancos. O homem livre e despossuído gravitava ao redor do proprietário e buscava sua proteção econômica (e social, pela influência).

Com esse quadro geral, Schwarz em “As ideias fora do lugar” (SCHWARZ, 2012) cria uma poética do favor, do arbítrio e do interesse que configuram o reconhecimento de uma igualdade e um desequilíbrio entre quem faz o favor, concede, (está acima) e quem o recebe (está abaixo). Reconhece-se o que está abaixo do proprietário como “não escravizado”, mas, ao mesmo tempo, esse homem livre pobre precisava estar subordinado ao grande proprietário, num contexto de ordem escravista na qual a força de trabalho não era elemento de barganha para a subida na escala social. Esse era o processo de reconhecimento mútuo do favor: um jogo fluido de estima e autoestima.

Nessa sociedade a ideologia de sustentação do poder senhorial se assentava na margem da verticalidade, segundo Schwarz (2012). Não existia lugar social fora das formas instituídas (paternalistas, patriarcais) de hierarquia, autoridade e dependência. Os sujeitos do poder senhorial controlavam uma espécie de economia de favores, e não cediam a pressões ou reconhecimento de direitos adquiridos em lutas sociais. Fora dos referenciais da verticalidade, no máximo, ocorria uma pulverização, átomos sem existência social (agregados).

Mas, e as mulheres? Roberto Schwarz cita os “homens livres”, “homens brancos” e “agregados”. Como frequentemente se referem à grande maioria dos textos interpretativos e teóricos, a nomenclatura “homens” pretende ser em certo sentido universal, neutra. Todavia, a condição social de um homem livre, agregado, corresponderia à condição de uma mulher, livre, agregada? Ou mesmo a de uma mulher pertencente à classe senhorial? Desconfiamos que não, e poderemos enfim pautar brevemente quais seriam as diferenças sociais entre homens e mulheres por meio da

produção literária aqui elencada como fonte para a compreensão das desigualdades sociais postas em diferentes momentos da história brasileira. Há, portanto, uma questão de gênero que merece maior atenção e enuncia-se de diferentes formas nos romances que iremos abordar aqui a partir das personagens femininas e as formas pelas quais elas atuam no enredo e no desfecho de conflitos postos por esse enredo. Para as personagens femininas, livres e escravizadas, a diferença, evidentemente, salta aos nossos olhos.

2. O ‘gênero’ como questão literária.

O conceito ‘gênero’ está presente em muitos debates teóricos e epistemológicos que não poderiam ser contemplados devidamente neste pequeno espaço. A complexidade do tema é exposta na obra mais recente de E. Varikas, *Pensar o sexo e o gênero* (2016). A autora afirma que gênero é um conceito itinerante, perpassa a história intelectual, a teoria política e a epistemologia. Abordando o conceito a partir da literatura, numa interpretação sócio-histórica, propomos que o conceito seja aqui encarado como a organização social da diferença sexual, ou os modos pelos quais hierarquias de diferença- inclusão e exclusões - foram construídas ao longo da história. Natalie Zemon Davis em *Nas margens: três mulheres do século XIII* (1997) demonstrou o papel relacional, ou seja, a importância dos sexos dos grupos de gênero no passado e desvendou a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, apontando qual o seu sentido e como funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la.

No caso específico dos romances aqui abordados as personagens femininas têm um protagonismo decisivo no desenvolvimento do enredo. Em *Til* (1872) de José de Alencar acompanhamos o desvendar do mistério da origem de Berta, moça que vivia como agregada nas terras do fazendeiro Luís Galvão, desconhecendo que na verdade este era o seu pai. O nascimento da pobre moça fora fruto de uma violência sexual que Luís Galvão cometera contra a mãe de Berta, Besita “a mais bonita moça que havia nas vizinhanças de Santa Bárbara”. Galvão, ainda muito jovem, encantou-se por Besita, mas como se tratava de moça pobre sem família de renome ou dote, acabou casando-se com outra mulher pertencente à sua classe social abastada, filha de um capitalista de

Campinas. O moço, porém, não havia esquecido Besita e aproveitou-se da ausência do marido da bela moça para apossar-se de seu objeto de desejo. Dessa violência praticada contra Besita nasceu Berta. A menina desconhecia sua origem, pois se viu órfã de mãe muito cedo: o marido de Besita matou-a ao descobrir-se traído. Berta recebia a proteção secreta de João Fera, “bugre” destemido admirador de Besita e que, assim como Berta, havia crescido como um menino dependente do pai de Luís Galvão.

João Fera revoltou-se com sua posição de subordinado na fazenda herdada por Luís Galvão, perdendo a confiança que depositava no companheiro de outrora ao descobrir que ele havia ensajado a morte de Besita, ao praticar um ato torpe e violento. João Fera, como o próprio nome sugere, passou a viver como um “selvagem”, escondendo-se nas matas e vivendo como matador de aluguel, por assim dizer. O seu objetivo maior era o de cuidar de Berta e vingar a morte de Besita, matando os responsáveis por sua desgraça: o marido de Besita e Luís Galvão.

Berta, por sua vez, faz de tudo para impedir que João Fera atinja seus objetivos. A moça pretende regenerá-lo e conduzi-lo ao mundo do trabalho honesto. Porém, João Fera revoltara-se contra o exercício do trabalho, associado diretamente à escravização e à subserviência:

(...) não imaginava João outros meios de ganhar dinheiro sem humilhação. O trabalho ele o tinha como vergonha, pois o poria ao nível de escravo. Prejuízo este, que desde tempos remotos dominava a caipiragem de São Paulo, e se apurava nesse homem, cujo espírito de sobranceira independência havia robustecido a luta que travara contra a sociedade.

Era a enxada para ele um instrumento vil; o machado e a foice ainda concebia que os pudesse empunhar a mão do homem livre; mas em seu próprio serviço, para abater o esteio da choça ou abrir caminho através da floresta. (ALENCAR, 2012, p. 178)

Alencar pintou com cores fortes um ambiente ainda não totalmente explorado das fazendas do interior paulista, próximas à Campinas. Há referência às florestas, descampados e o “sertão imenso” (ALENCAR, 2012, p.245) que João Fera bem conhecia e dominava. Porém, há também a transmissão de uma mensagem civilizadora ou civilizatória que viria pelo trabalho e a necessidade urgente de converter esse “homem livre”, caipira de São Paulo e outras regiões adjacentes, ao trabalho, compensando o que

se entendia como a perda de braços nas lavouras com a aprovação da chamada Lei do Ventre Livre, aprovada em 1871. Como já foi explorado, Alencar não era apenas um escritor renomado, mas também atuava como parlamentar e foi um ferrenho opositor às medidas emancipatórias do período (CHALHOUB, 2007).

Berta, nesse contexto, atuou como a voz defensora da civilização, pelo trabalho, em sua tentativa de modificar a natureza violenta e rebelde de Jão Fera, regenerando o facínora por meio de sua abnegação. Dentre as muitas passagens que revelam o intento da moça em impedir que Jão Fera continuasse cometendo crimes e fugindo da vida regrada em sociedade, a mais emblemática talvez seja o presente que Berta oferece o bugre: um relicário, que pertencera à sua mãe. O diálogo que a moça trava com Jão revela muito da possível mensagem que Alencar pretendia transmitir com seu texto. Berta pergunta a Jão: “Estavas aqui para matar alguém?”, ao que o facínora responde “Estava”. Berta então o interpela novamente “Então matas por dinheiro?”. “É meu ofício”, responde Jão. Berta não deixa por menos e aproveita para lançar seu discurso em defesa da humanização e do direito à vida “A miséria está em venderes a vida de teu semelhante, se acaso és tu homem e não fera como te chamam”. O capanga bugre, porém, já tinha sua defesa pronta, ao referir-se ao recrutamento forçado que sempre recaía sobre os homens pobres: “E a vida é coisa que não se venda? Aí estão comprando- a todos os dias e até roubando. A minha não a queriam quando me recrutaram?” (ALENCAR, 2012, p.115-117). Berta não poupa argumentos para convencer o bugre de sua maldade e mostrar a incoerência de seu procedimento ao resgatar o passado de dependência de Jão, que deveria então favores ao pai de Luís Galvão, asseverando que Jão se vendia “para assassinar o filho de teu benfeitor, daquele em cuja casa foste criado, o homem de quem recebeste o sustento, eis o que não se compreende, porque ate as feras lembram-se do benefício que se lhes fez, e têm um faro para conhecerem o amigo que as salvou” e não tinha “gratidão” por aqueles que o protegeram (ALENCAR, 2012, p.118). Há aqui um desenho perfeito do percurso retratado por Schwarz a que nos referimos anteriormente, o reconhecimento mútuo do favor, que deveria ser pago pelo dependente com a gratidão, a estima e a obediência. Jão, no entanto enxergava nesse proceder patriarcal exposto por Berta a escravização de sua pessoa, nascida livre, recebendo as “sobras que me atirava, como atiraria a qualquer outro, ou ao seu negro” (ALENCAR, 2012, p. 118).

Berta então dá o seu relicário para João para que ele o venda e pague para o mandante do assassinato de Luís Galvão, livrando-se do serviço de matar mais uma vez. Os desenlaces desse enredo folhetinesco nos tomariam muito mais tempo. Ao fim e ao cabo de tudo, Berta consegue converter João ao mundo do trabalho. Ele enfim trabalha na terra, cultivando-a. Berta regenera João Fera tornando-o um trabalhador livre. Mas, qual foi o destino da moça?

Luís Galvão tentou reparar seu ato criminoso e violento reconhecendo Berta como sua filha, mas a moça não aceitou. Continuou vivendo naquele lugar isolado do sertão paulista. Miguel, que cresceu junto com Berta e fora seu irmão colação logrou sair daquela anomia “iria estudar em São Paulo; e dois anos depois se efetuará” (ALENCAR, 2012, p. 321) o seu casamento com a filha de Luís Galvão, Linda. Berta ficaria ali, “onde todos sofrem” (ALENCAR, 2012, p. 323) dizendo adeus para qualquer possibilidade de mudança social, sacrificando-se como a “flor da caridade, alma soror” (ALENCAR, 2012, p. 324). Não haveria como Berta superar o seu lugar social marginal, ela permaneceria junto ao sertão paulista, apesar de demonstrar ser a personagem com maior senso de civilização e humanização de *Til*.

O romance de Júlia Lopes de Almeida, *A família Medeiros*, reservaria outro fim para a heroína Eva, que assim como Berta era a portadora do princípio civilizatório e humanitário. Ambientado no interior paulista na região de Campinas, o folhetim de Almeida, escrito entre 1886 e 1888, foi publicado entre 16 de outubro e 17 de dezembro de 1891 na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro e lançado em livro logo em seguida.

Nesse folhetim abolicionista, apesar de ter sido publicado após 1888, Eva encara a oposição virulenta de seu tio, escravocrata ferrenho, que temia o fim eminente da escravidão. O enredo, cheio de acontecimentos, idas e vindas, como todo folhetim que pretende prender a atenção de suas leitoras e leitores por alguns meses, apresenta vários acontecimentos que não poderão ser totalmente contemplados aqui, a sinopse dos principais fatos pode ser dita da seguinte maneira: ao ver-se órfã, Eva teve que viver com o tio, o patriarca da família Medeiros, irmão de seu pai. Eva estava acostumada com outro sistema de administração de fazenda. Seu pai, Gabriel Medeiros, estudara com afinco a agricultura e conseguira criar um modelo em sua fazenda Mangueiral com o trabalho de colonos: ali não existiam escravizados, apenas colonos, homens e mulheres

livres. Quando Eva mudou-se para Santa Genoveva, fazenda do tio, começou a interceder em favor dos escravizados provocando a ira do fazendeiro que não imaginava a lavoura sem o trabalho escravo e na eminência de revoltas, fugas e formação de quilombos na região, o fazendeiro promovia castigos severos aos escravizados, enfrentando sempre a oposição de Eva que pretendia dissuadir o tio e intervinha a favor dos escravizados castigados, que sempre a procuravam para mediar as situações de conflito, castigo e violência imputadas pelo fazendeiro e seus capangas, homens livres, subordinados ao poder patriarcal de Medeiros.

O folhetim atinge seu clímax com a revolta de escravizados na fazenda Santa Genoveva, momento em que Eva será acusada de ser a comandante da fuga em massa de escravizados. A moça se revolta e contrariando a última vontade de seu pai, decide não mais viver junto do tio e retorna ao Mangueiral, fazenda de sua propriedade e que em sua ausência continuava a ser administrada com esmero pelo seu irmão adotivo Paulo.

Eva não se sacrifica como Berta. Faz de sua vontade motor para a ação. Enquanto estava junto do tio fez o possível para modificar a forma pela qual os escravizados eram tratados e cruelmente castigados pelos capatazes de Medeiros. Ao ser acusada injustamente de promover a rebelião na fazenda, retorna para o lugar de onde não gostaria de ter saído nunca. Enfim, a situação acaba por se resolver com “a mão patricia da princesa Izabel” assinando a Lei Áurea (ALMEIDA, 1891, p. 339). Com o desenrolar dos fatos e a descoberta de que na verdade teriam sido os próprios capangas da fazenda de Medeiros, homens livres e dependentes dos favores patriarcais, que promoveram a balburdia na senzala e incitaram a fuga dos escravizados para prejudicar a fazenda Santa Genoveva, o velho tio de Eva acaba reconciliando-se com a sobrinha.

Ao final, a fazenda de Eva transmite a mensagem de exaltação da terra e do trabalho do agricultor, “tudo ali era risonho e prometedor, em tudo um ar de modernismo e de asseio, uma brancura lavada das casas, abundância de frutas no pomar, de flores no jardim, conforto na habitação, e os cafezais lindamente tratados”. (ALMEIDA, 1891, p. 348).

Ao humanizar as relações de trabalho na fazenda Mangueiral, dando continuidade aos ensinamentos recebidos pelo pai, Eva promoveu mudanças significativas no interior escravocrata de São Paulo. Mesmo antes da abolição, a experiência do trabalho de

colonos dava frutos sadios à lavoura paulista e sem apelar às relações exploratórias de concessão de favores, características do patriarcalismo descrito por Schwarz (SCHWARZ, 2012). Todavia, a experiência da fazenda Mangueiral narrada pela pena de Júlia Lopes de Almeida seria uma exceção na ficção brasileira, bem como o destino feliz da mulher como agente ativa e não e não sacrificada como exemplo e ensinamento para uma sociedade em transição, do trabalho escravo para o livre, e todas as outras modificações sociais e políticas que isso implicava e demandava.

3. As personagens femininas: mulheres livres e mulheres escravizadas.

Inicialmente, faz-se necessário pontuar que as personagens femininas negras e escravizadas na literatura brasileira já foram tema de estudo.¹ De modo geral, a teoria literária que analisou a representação de escravizados na literatura brasileira do século XIX preocupou-se em destacar o papel secundário ou marginal que essas personagens ocupavam na trama ou, quando se destacavam de alguma forma, eram descritas como vítimas apáticas, degeneradas e estereotipadas; personagens planas, sem complexidade ou identidade própria, apontando, desse modo, o lugar social que esses sujeitos históricos ocupavam na sociedade escravista.

A historiadora Giovana Xavier (2012) abordou a representação de mulheres escravizadas na ficção do Rio de Janeiro do século XIX, citando as obras de Machado de Assis, José de Alencar, Júlia Lopes de Almeida, Aluísio Azevedo, Gonçalves Crespo, Bernardo de Guimarães e Joaquim Manuel de Macedo. Segundo a historiadora, apesar do corpo da mulher negra ter sido uma presença constante nas narrativas de médicos, juristas e policiais, “é a ficção do século XIX (...) o lugar privilegiado para o estudo de uma série de imagens produzidas durante a escravidão”. Essas imagens teriam sido utilizadas pelos escritores como “metáfora da patologia, da corrupção e do primitivismo” (XAVIER, 2012, p. 67). O corpo feminino negro seria associado ao doente e nocivo à saúde de uma nação em construção. Por exemplo, traços físicos

¹ Dentre os quais TRÍPOLI (2006).

classificados como “anormais” relacionavam-se ao caráter duvidoso como um estigma da mulher negra escravizada. Desse modo, criou-se uma tipologia literária: bela mulata, crioula feia, escrava fiel, preta resignada, mucama sapeca e mestiça virtuosa dentre outros estereótipos que denominavam essas diferentes construções da imagem da mulher escravizada.

As duas personagens femininas e escravizadas que serão destacadas na obra de José de Alencar e Júlia Lopes de Almeida fogem desses estereótipos e apresentam outra faceta mais propositiva e ativa para o desfecho dos enredos, demonstrando a importância social da figura da mulher escravizada para a sociedade do século XIX, a despeito de sua situação marginal, enquanto mulheres e escravizadas.

No *Til* de Alencar, a escravizada Zana foi representada como uma mulher velha e enlouquecida devido a um grande trauma que guarda um segredo importantíssimo para o enredo: o dia do assassinato da mãe de Berta. A moça sempre visitava a pobre escravizada que habitava o esqueleto do que um dia fora uma casa, levando comida e cuidando da mísera doida, descrita como, “uma preta velha, coberta apenas de uma tanga de andrajos, e que se remoneava, batendo a cabeça com um movimento oscilatório semelhante ao do calandro” (ALENCAR, 2012, p. 128).

Evidentemente, estamos diante da animalização da escravizada que mostrava uma fisionomia “bruta e repulsiva”, compondo o quadro do seu empobrecimento e enlouquecimento. Todavia, a despeito desse retrato, e à contrapelo da narrativa de Alencar, que pode ser interpretada como eivada pelo discurso escravista, dada sua posição política contrária à abolição (CHALHOUB, 2007), mais adiante num recurso narrativo de *flashback*, Zana surge na narrativa como personagem importante que fora no passado, pois havia protegido Berta das garras do assassino, Ribeiro, que tirou a vida de Besita, mãe de Berta. Na cena resgatada do passado, “Zana alucinada apertava convulsivamente nos braços contraídos, e com o fito de escondê-la ao seio, quase a sufocava. Foi preciso luxar-lhe os ossos para arrancar a criança” (ALENCAR, 2012, p. 207).

Com sua dedicação e desvelo, Zana salvou a vida de Berta e em troca desse ato heróico perdeu a própria razão, enlouquecendo ao presenciar a crueldade do assassino de Besita, que estrangulou a vítima com as tranças de seus próprios cabelos (ALENCAR, 2012, p.

206). *Til* então descreve a vulnerabilidade de duas personagens que compartilhavam a marginalidade na sociedade patriarcal e escravista do século XIX: a mulher livre e a mulher escravizada, ambas estabelecendo relações de mútuo apoio e horizontalidade, como Chalhoub (2007) havia descrito, estar subordinado ao poder patriarcal não significava, necessariamente, ser passivo. Berta, sem saber da verdade de seu passado protegia Zana. A moça se compadeceu da vida solitária e empobrecida da escravizada, afinal, guardadas as devidas proporções, ambas compartilhavam do mesmo destino, pois ficariam ali esquecidas, à margem, no sertão paulista, no interior do país.

Júlia Lopes de Almeida também retratou a figura da escravizada envelhecida e doente em *A família Medeiros*. Como afirmamos anteriormente, o romance-folhetim de Almeida apresenta uma crítica elaborada e direta à instituição da escravidão. Aqui nos interessa mencionar a personagem mãe Joanna, que fora ama de leite de Octavio, primo de Eva. A imagem traçada pela narrativa revela uma mulher negra, velha, muito doente e inválida:

Ao fundo de um quarto amplo e escuro, reumando umidade das paredes e do chão, estava a pobre mamã deitada em uma esteira sobre as taboas do catre, entre trapos velhos de baeta e algodão grosso. Espalha-se um cheiro de sujidade e de mofo. As moscas zumbiam, voejando sobre a moribunda, que já não as sentia. A carapinha branca aureolava-lhe a estreita frente enrugada: a cor preta do seu rosto tornava-se numa cor de castanha amarelada; os lábios murchos, metiam-se-lhe para dentro da boca, salientando o queixo muito agudo; o nariz afilado tomara a forma correta do nariz dos brancos, e tinha uma transparência de cera; os olhos, abertos e parados, iam-se cobrindo pouco a pouco por uma névoa esbranquiçada que lhes empanava o brilho (ALMEIDA, 1891, p. 302-303).

Essa mãe adoecida e inválida havia criado Octavio e o amamentado em detrimento do próprio filho, nascido de suas entranhas, e também salvou o jovem da morte quando Octavio levou um tiro durante uma rebelião de escravizados na fazenda da família Medeiros. Todos pensavam que Octavio, após levar um tiro nas costas, estivesse morto. Joanna, porém, arrastou-se até o corpo de seu “fio” e:

Beijou-lhe a testa, as pálpebras fechadas... afagou-o muito e inclinou a cabeça, escutando-lhe o coração (...) depois um sorriso pousou-lhe nos lábios (...) e soltou um grito de júbilo, um grito cheio de vida, cheio de

amor, todo alma, vibrante de sentimento, grito de triunfo, grito de mãe apaixonada ao vir tornar a si o filho idolatrado.
-Meu fio ta vivo! Tá vivo. (ALMEIDA, 1891, p. 145).

Nesse momento, tomaram-se providências para chamar um médico que com pressa chegou até a fazenda para prestar socorro a Octavio. Se Joanna não tivesse insistido em verificar se de fato Octavio estava mesmo morto, provavelmente teria-se perdido a chance de salvá-la. Esse amor materno e genuíno de mãe Joanna demonstra a humanidade da mulher escravizada que, mesmo sem o movimento das pernas, encontra forças para se arrastar até o filho branco Octavio e salvá-lo. Assim como Zana, Joanna teve uma atitude heróica movida pela humanidade e pelo amor maternal, tais manifestações encontraram como símbolos mulheres que, dentro do sistema patriarcal opressor do da segunda metade do século XIX brasileiro, estariam à margem da sociedade.

Bibliografia

ALENCAR, José. *Til*. Romance Brasileiro. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2012.

ALMEIDA, Júlia Lopes de. *A família Medeiros*. São Paulo: Horacio Belfort Sabino-Editora, 1891.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, 2000.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, 2012.

SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

TRÍPOLI, Mailde Jerônimo. *Imagens, Máscaras e Mitos: o negro na obra de Machado de Assis*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

XAVIER, Giovana. “Entre personagens, tipológicas e rótulos da ‘diferença’: a mulher escrava na ficção do Rio de Janeiro no século XIX”. *Mulheres Negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. Giovana Xavier, Juliana Barreto Farias, Flávio Gomes (orgs.). São Paulo: Selo Negro, 2012.